



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
05/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

Narrativas de uma Trajetória de Vida: A Constante Busca de Conhecimento e Possíveis Transformações.

MARILZA TITO DA SILVA FREITAS

EIXO: 18. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. MEMÓRIA E NARRATIVAS

RESUMO

O Objetivo deste artigo é demonstrar o percurso da minha trajetória de vida, os caminhos percorridos para o processo emancipatório de minha condição humana. Aqui apresento o trilhar e os atalhos seguidos, e ainda, o mais importante os avanços almejados e as conquistas obtidas. Os diversos papéis assumidos ora como filha de pequenos agricultores, ora como mãe, ora como esposa, ora como professora. Mas ao assumir o papel de professora, um sonho de infância, e junto com as demais atribuições percebo que as conquistas e o reconhecimento ganha uma nova dimensão, mais humana, e a maturidade me conduz a prosseguir rumo aos desafios impostos pela condição de vida. Esta reflexão objetiva analisar o meu fazer profissional, nos espaços de convivência, que é a escola pública, no qual estabeleço uma relação de empatia como professora, egressa da zona rural, filha de agricultores, pobre, com os meus discentes.

Palavras-chave: Educação, Formação, Narrativas de Vida.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate the course of my life trajectory, the paths covered for the emancipatory process of my human condition. Here I present the trail and the shortcuts followed, and most importantly, the desired progress and achievements. The various roles assumed as the daughter of small farmers, now as a mother, now as a wife, now as a teacher. But in assuming the role of teacher, a dream of childhood, and along with the other attributions I realize that achievement and recognition gains a new dimension, more human, and maturity leads me to continue towards the challenges imposed by the condition of life. This reflection aims to analyze my professional work in the spaces of coexistence, which is the public school, in which I establish a relationship of empathy as a teacher, out of the rural area, the daughter of farmers, poor, with my students

Keywords: Education, Training, Life Narratives.

1. A INFNCIA E O PERCURSO ESCOLAR

Sou Marilza Tito da Silva Freitas, nascida aos 11 de Maio de 1979, em Retirolândia/BA. Sou a terceira dos cinco filhos de Maria Tito e Cosme Faustino que mesmo diante das dificuldades tiveram acesso à escola até a 4ª série. Morávamos na zona rural e a principal atividade desempenhada pelos meus pais era agricultura de subsistência e a comercialização do sisal.

Em meados dos anos oitenta (80), a escola encantava a menina que queria e almejava conhecer um mundo até então

desconhecido. E apenas aos sete anos de idade tive o primeiro contato com o ambiente escolar. Tudo era diferente e acolhedor, as aulas eram reproduzidas nas brincadeiras entre amigas e primas, lembro-me, ainda ter faltado várias vezes a Escola para ajudar meus pais nos períodos de plantio e colheita, situação muito natural e peculiar para as famílias de agricultores.

Os primeiros anos da década de noventa (90) foram marcados pelo trabalho e afazeres domésticos para ajudar a minha mãe, já que a mesma não tinha como dar assistência aos filhos, trabalho e afazeres de casa. Contudo, estudei todo o período do fundamental II à noite. Mesmo o dia sendo exaustivo, a Escola era a rota de fuga para diversão, para fazer amigos e aprender... ah! Aprender era minha maior ambição.

A intensão de meu pai era preparar as filhas para o casamento e a Educação não era algo primordial para as filhas do senhor Cosme, o que reforçava uma concepção excludente do processo educativo. Continuei na luta contra as concepções de uma sociedade machistas, do qual meu pai fazia questão de reproduzir no seio da sua humilde família. Certa das minhas opções para a vida acreditava que um dia ele poderia ter orgulho das minhas conquistas e vitórias que estariam por vir. Assim, segui meu caminho fazendo malabarismos que me conduziram a um processo formativo que proporcionasse mudanças significativas no meu contexto socioeconômico.

Estudava a seis quilômetros de minha comunidade e o deslocamento era feito em “pau de arara[i]” em condições precárias e desumanas enfrentando frio, chuva, insegurança e o risco de vida. Na ausência do carro “pau de arara” muitas vezes o trajeto era realizado a pé. Assim, acontecia o roteiro diário na busca de novos conhecimentos possíveis de mudanças.

Diante dos obstáculos cursei no Ensino Médio, o antigo Magistério, ainda no noturno, já que o trabalho doméstico e a responsabilidade de cuidar de minha irmã não permitia estudar nos turnos matutino ou vespertino. Com a conclusão do curso, o vestibular seria o próximo passo, porém, o mesmo, elitista e excludente, tornando o sonho de cursar uma universidade pública cada vez mais distante.

A Universidade, mais uma vez foi adiada, e o grande passo dado na minha vida foi o casamento. Conhecendo meu desejo, meu esposo tornou-se o meu grande incentivador para que meu ingresso na Universidade acontecesse, já que tinha demorado o bastante. Assim, passei a desempenhar vários papéis: o de mãe, de professora, de esposa, e o de aluna da Universidade de Ciências e Tecnologia-FTC.

Como o sábio Paulo Freire (1987) diz:

“Os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação e que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido passa a ser a pedagogia dos homens em processo de libertação”
FREIRE (1987,p23).

É neste contexto, que as leituras e na relação entre o cotidiano da vida e os aspectos teóricos estabelecido nas ideias pedagógicas de Paulo Freire que venho encontrar folego para superar as dificuldades em minha vida e imposta pela condição de pobreza, como uma herança. Assim, venho compreender como a libertação do oprimido, citado anteriormente, foi determinante para as minhas escolhas de vida e para a vida que nortearam todo o meu querer, fazer e agir na minha trajetória acadêmica.

1. FORMAÇÃO: UM ATO CONSTANTE E TRANSFORMADOR.

Para Paulo Freire (1996, p. 39), “... a formação de professores, o momento fundamental é o de reflexão crítica sobre a prática”. Assim, a necessidade da formação continuada para a garantia de um ensino de qualidade e a importância de ser um professor pesquisador faz toda a diferença para uma busca constante da formação acadêmica, o que pode proporcionar ao Educador instrumentos que articulam e transformam o conhecimento.

A partir do momento que ingressei como “Monitora” do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI[iii] do Governo Federal, que tinha como objetivo retirar crianças do trabalho e em situação de risco, e oferecer Escola, em tempo integral, com atividades socioeducativas, permitindo as crianças viver a infância quase perdida.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) no Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 1990)

Como estabelece o ECA podemos compreender a necessidade e a importância do aperfeiçoamento para minha vida profissional e entender a condição de pobreza que protagonizava a realidade na qual vivia. Foi necessário sair da zona de conforto para que as mudanças pudessem acontecer.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (FREIRE, 1996, p.77)

Então, para intervir de forma consciente com responsabilidade os encontros de formações pedagógicas oferecidas pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) na cidade de Feira de Santana contribuíram para mudanças significativas que conduziram meus trabalhos de forma positiva, permitiu também novo olhar no meu contexto de vida, reconhecimento de lugar a qual pertencia, e as condições de vivências que enfrentava.

[...] O “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p.67)

A partir deste contexto, a doação deve partir da intervenção escolar e esta deve se comprometer com a transformação social que se configura com práticas culturais emancipadoras para todos que delas participam. Muitas escolas se posicionam na luta contra as desigualdades promovendo eventos e projetos que fortalecem a valorização local de seus educandos e a forma de viver e se expressar no mundo. Há outras Escolas que talvez a ideologia da opressão possa ser quebrada a partir da criação de novas ideias e práticas que considere os pobres ali inseridos.

1. TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

A minha trajetória profissional aconteceu prematura aos dezessete anos, logo após a saída do antigo, colegial, com o Magistério, que uma vez, concluído junto a novas perspectivas de atuar em sala, com um olhar transformador e libertador.

O primeiro contato com o universo educacional foi através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, no qual me apresentou diversas maneiras de transformação e vários momentos prazerosos de reflexão sobre como viver com dignidade. Este viver com dignidade partia da primeira política pública que fortalecia o direito da criança a uma vida digna com a garantia do acesso à uma Educação pública e de tempo integral através do PETI.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI proporcionava atividades diversificadas e o mais importante entre eles que marcou minha trajetória profissional foi o projeto de Leitura, cujo objetivo era o fortalecimento da aprendizagem dos alunos, sendo este determinante na autonomia do Educar com ludicidade e encantamento.

Ainda, no final dos anos oitenta, passei no concurso público, de minha cidade natal - Retirolândia[iv], para o cargo de professora nível I. Busquei novas oportunidades e conhecimentos que pudesse contribuir para a formação, de maneira que eu pudesse colaborar de forma positiva nos enclaves do analfabetismo que marcava o cenário educacional de minha cidade.

Além do PETI, participei de outros programas como o Projeto CAT- Conhecer, Analisar e Transformar, através do Movimento de Organização Comunitária (MOC). As atividades que foram desenvolvidas me deram a oportunidade de dialogar com as nuances locais permitindo mudanças significativas no espaço rural, em que morava, e onde, estava localizada a escola. Ainda assim, continuei desempenhando atividades socioeducativas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, e também, passei a lecionar em escola particular, pois o salário, vergonhoso, não supria as

necessidades básicas de minha família.

Após um tempo atuando no Município de Retirolândia como professora efetiva, o Ministério da Educação já cobrava das Prefeituras aperfeiçoamento e graduação de todos os professores. Daí surge a grande chance de iniciar minha faculdade, mesmo à distância e com muitas barreiras imposta pelas condições de vida. Contudo, passei a enfrentar e segui a diante cursando a Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências FTC-EAD, instalada na cidade de Valente-Bahia.

Após algum tempo, decido mudar de cidade e solicito a transferência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, para a cidade de Camaçari, localizada na região metropolitana de Salvador-Bahia, na qual fui muito bem acolhida, e nela continuei minha trajetória como professora buscando oportunidades que permitisse avanços na minha profissão.

Em dois mil e treze (2013) participei do processo seletivo arregimentado pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, promovido pela Secretaria de Educação do Município de Camaçari e logo fui designada a trabalhar na Escola Professor Luís Rogério da Gleba- C, com público empobrecido e alto índice de violência. Vivenciar tal experiência foi muito difícil. Diante desta realidade, eu e alguns colegas articulamos ações que pudessem inserir os discentes como provedores de seu conhecimento com projetos de interesse da comunidade e a culminância destes trouxeram experiências exitosas para todo o corpo docente e para os discentes.

Esta experiência foi um divisor de águas. Ao mesmo tempo, em que não compreendia a situação de violência que meus alunos se encontravam, a pobreza e o analfabetismo marcava a história e cerceava a vida de muitos alunos, contrariando desta forma os direitos que toda pessoa possui, conforme determina a Constituição “Cidadã”:

O Artigo 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, define como o objetivo de: “...§ I-construir uma sociedade livre, justa e solidária; § III-erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. (BRASIL,1988, p.3, ed 37 de 2005).

Sabe-se que esta dialética é reprodutora de uma sociedade desigual, na qual os direitos garantidos em lei não são acessíveis à maioria da população o que ao longo dos anos vem contribuindo com ciclo de reprodução da pobreza.

Não dar para atuar como educador se não for construtor de seu próprio conhecimento. Nos dias atuais é preciso entender que a Educação é a mola mestra para o processo emancipatório e para o reconhecimento de que a escola é o local de reflexões, e estas devem estar interligadas à vida, na perspectiva que todos sejam atuantes na construção do exercício pleno da cidadania.

Por outro lado, é bom saber que é dever do Estado colaborar com o exercício da cidadania, conforme determina o Art. 205, do capítulo III, da Constituição Federal (1988) quando afirma que a:

“...a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL,1988, p. 148, ed.37 de 2005).

Mesmo com os dispositivos legais, tornar-se cidadão (ã) de direito, ainda, se constitui um desafio, que no cenário atual no qual vivemos de um país descreditado em que a elite se beneficia em detrimento da pobreza, e esta por sua vez só reafirma o processo histórico de exclusão enraizado em nosso território brasileiro.

Para dialogar e compreender estes processos de pobreza e desigualdades sociais, em 2015, início no Curso de Especialização da Universidade Federal da Bahia-UFBA, em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, dando mais um passo a minha formação com a oportunidade de promover momentos de reflexão na escola e para a escola, começo uma análise profunda sobre histórias vivenciadas que foram essenciais para meu reconhecimento pessoal e para o fortalecimento individual dos discentes ali inseridos.

Ao escolher utilizar-me deste recurso escrito, para uma reflexão de minha história de vida, o reencontro com contexto atual, em que muitas crianças e adolescentes ainda vivem, em condições precárias e de pobreza, muito próximas da realidade vivida por mim. Parece-me também que ao mesmo tempo em que evoluímos, retrocedemos e as nossas conquistas e lutas, que por lei, nos foram garantidas, aos poucos, vão se perdendo sem nos darmos conta do grave retrocesso que nos aguarda para o futuro.

A constituição da República Federativa do Brasil em seu Art. 6º determina que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 1988,p13,ed 37 de 2005)

Como podemos perceber os dispositivos ainda não garante que todos direitos sejam garantidos à todos igualmente, mas ainda e infelizmente percebemos que nos são negados os direitos sociais básicos necessários a nossa sobrevivência humana e digna. Alguma mudança ocorrida, em nosso país, tem marcado a vida das pessoas, de forma negativa, são elas a ausência de educação e de saúde, de qualidade para todos nas mesmas condições que nos permitiram encarar uma vida cada vez mais difícil e desprovida.

O Curso de Especialização, em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, tem proporcionado uma nova perspectiva, e fez-me compreender o cerne da desigualdade social que circunda os espaços de vivências. Diante dessas reflexões ocorridas durante as aulas da especialização proponho-me a utilizar todo o meu arcabouço das minhas experiências para mergulhar numa análise sobre as políticas públicas de erradicação do trabalho infantil no município de Retirolândia.

Assim, neste artigo aproveito a oportunidade que este artigo me proporciona para apresentar com “ousadia” de uma aluna quase invisível, mas, com muita determinação a minha proposta de Trabalho de conclusão de Curso (TCC), ainda em andamento, intitulado: Uma Análise das Políticas Públicas para a Erradicação do Trabalho Infantil no Município de Retirolândia- Bahia, cujos sujeitos são egressos do PETI, no município de Retirolândia.

A presente pesquisa possui relevância devido à existência de muitas crianças em situação de trabalho e por isto tem como objetivos específicos identificar as políticas públicas implementadas no Município para erradicação do trabalho Infantil; avaliar a competência e ações desenvolvidas pelos Órgãos que fiscalizam o Trabalho Infantil no Município; investigar as condições das crianças e adolescentes inseridas no trabalho infantil.

Utilizaremos como estratégias metodológicas a análise documental e entrevistas, além de pesquisas em sites oficiais, estudo de gráficos, mapas, documentários, a análise das entrevistas de algumas famílias e/ou egressos do Programa de Erradicação Infantil. Este Trabalho de Conclusão de Curso está sendo elaborada sob a orientação da Professora Ana Paula Nunes Melo[iv], que acredita em meu potencial e me incentiva encorajando-me para enfrentar os medos e os obstáculos, permitindo que mais um sonho se transforme em realidade.

CONCLUSÕES

A trajetória de minha vida e as dificuldades enfrentadas na infância junto à ambição de estudar diante das barreiras que adiaram minhas conquistas, reafirma que o contexto empobrecido no qual vivia poderia ter adormecido o sonho de aprender. Os trabalhos domésticos que contribuíram para ajudar minha mãe, Dona Maria, em momento algum despertou o desinteresse pelos meus estudos. A Escola, na época, era tradicional e o ensino, decoreba que não partia do princípio de “libertação”, mas aqui estou na busca de um “lugar”.

As experiências profissionais trouxeram muitas oportunidades de trabalho todas dentro do contexto educacional, nos quais serviram de apoio e reconhecimento pessoal. O início da minha jornada profissional ocorreu muito jovem quando ainda não possuía a maturidade necessária para a função desempenhada.

As formações continuadas me deram a oportunidade de aperfeiçoar a minha prática em sala de aula, e desenvolver as atividades no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI por uma década contribui significativamente para o meu processo formativo e profissional. Além de este projeto promover a saída de muitas crianças do trabalho, a

formação de professores era feita com muita ênfase, já que o contexto social de empobrecimento era praticamente o mesmo.

Hoje, consciente no desenvolvimento do meu papel como professora conduzirei os meus estudos a partir das análises das políticas públicas estabelecidas no Município de Retirolândia- Bahia que acompanha e fiscalizam as crianças no sentido de intervir para que estas não venham a desempenhar atividades de risco que cause danos à infância e a juventude.

Desejo aqui mostrar o meu protagonismo por meio da minha própria história vida e mostrar como pude avançar em minha trajetória formativa e profissional foi realmente gratificante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 28 jul.2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do adolescente. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em: Acesso em: 03 jul.2017.

BRASIL/CMARA DOS DEPUTADOS. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 p. 39 (coleção leitura)

_____. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 p. 77 (coleção leitura)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17 ed.p.23. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível <http://cidades.ibge.gov.br>, acesso em 05 de Agosto de 2017 as 14:20.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Módulo III Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/mod-3/index.html>>. Acesso em 03 Jul.2017.

[1] Posuo graduação em Licenciatura em Geografia, pela Faculdade de Tecnologia de Ciências (2008). Professora efetiva do Município de Retirolândia – Bahia. No Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tenho atuado como Educadora Social, desenvolvendo atividades socioeducativas de reforço escolar e atividades lúdicas para crianças em situação de vulnerabilidade.

[1] É o nome dado a um meio de transporte irregular, que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em caminhões adaptados para o transporte irregular de passageiros no qual sobre a carroceria são colocadas tábuas, que servem de assento, o uso de uma lona como cobertura protege os usuários da chuva e do sol.

[1] O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi um programa piloto, do Governo Federal, implementado no Município de Retirolândia -BA, em 1997, com finalização das suas atividades em 2009, provocando incertezas de como seria conduzido o trabalho escolar em tempo integral e outras atividades ligadas ao programa já que a principal política de erradicação do trabalho infantil estava se desintegrando. O programa tem como objetivo retirar crianças das

atividades realizadas nas pedreiras e nos campos de sisal transferindo-as a escola, em tempo integral, com direito a bolsa para ajudar na renda familiar e acompanhamento da saúde e aprendizado.

[1] O município de Retirolândia-Ba estado está localizado na região semiárida do Nordeste, na microrregião de Serrinha, conhecida como região sisaleira, possui uma distância de 230 km da capital do estado. De acordo com o IBGE o Município de Retirolândia possui população de 12.055 hab. com área de 242,329 km² com densidade demográfica 2010 (hab./km²) 66,43. A sua economia é baseada na cultura do Sisal, na agricultura de subsistência e na pecuária destacando o pequeno produtor rural. O Município de Retirolândia teve sua origem numa pequena fazenda denominada de Retiro Velho, que pertencia ao município de Conceição do Coité. A fazenda Retiro Velho foi evoluindo e deu origem a um povoado. Mais tarde, passou a ser chamada de arraial, com atividades organizadas em torno de um barracão que ocupava o centro do lugar, destinado a abrigar os tropeiros e ciganos que ali chegavam e movimentavam o comércio local. Tornou-se cidade em 1962.

[1] Ana Paula Nunes Melo, Pedagoga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicados à Educação, da Universidade do Estado da Bahia e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região (EDUREG). Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade Federal da Bahia –UFBA.